20-06-2013

ATA Nº. 12/2013**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA VINTE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E
TREZE.** -----

Aos vinte dias do mês de junho do ano dois mil e treze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Edifício da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, de acordo com a deliberação da Câmara Municipal, tomada por unanimidade, no pretérito dia 05 de junho, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dra. Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos ---- Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Neste período, usaram da palavra: -----

A Sr.ª Prof.ª Eugénia Pinheiro, que na qualidade de Diretora da Escola Secundária da Gafanha Nazaré, afirmou estar muito grata pelo facto de o Executivo Municipal ter escolhido esta Escola para a realização desta reunião, asseverando ainda que a dignidade deste espaço de acolhimento é bem representativa da dignidade da missão que lhe está confiada, concluindo que, se esta Escola e o Agrupamento de Escolas a que pertence, representa muito do esforço de todos quantos dela fazem parte, é também representativa do empenho do executivo municipal. -----

Face às palavras anteriormente proferidas, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo** fez questão de agradecer o modo como os membros do Executivo Municipal foram acolhidos, realçando que esta Escola é fruto da luta e do empenho de todos, cabendo agora aos seus profissionais e aos seus alunos a sua “rentabilização”, reafirmando a disponibilidade

20-06-2013

da CMI manter esta sua parceria com a Escola e o respetivo Agrupamento, continuando assim a dar-lhe toda a sua atenção. -----

Para o Sr. Presidente da Câmara, importa realçar que a vinda a esta Escola se insere no âmbito da “Semana da Educação” que está a decorrer, através de um vasto conjunto de iniciativas de vária índole, que marcam indelevelmente a relação de prioridade que a CMI dá à área da Educação. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 122, do dia dezanove de junho do ano de dois mil e treze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 2.270.860,02 (dois milhões, duzentos e setenta mil, oitocentos e sessenta euros e dois cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e €736.622,88 (setecentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e dois euros e oitenta e oito cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES. -----

Presentes as Atas número 10 e 11, das reuniões ordinárias realizadas no dia quinze de maio e cinco de junho, ambas do ano de dois mil e treze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes Atas. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

REGULAMENTOS INTERNOS. -----

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO PONTÃO NASCENTE DA DOCA DE RECREIO DO JARDIM OUDINOT - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo: -----

- “Considerando: -----

1. que no âmbito das intervenções de qualificação urbana e ambiental realizadas na Gafanha da Nazaré (promovidas pela Câmara Municipal de Ílhavo) e das obras infra-estruturais e de

20-06-2013

requalificação do Porto de Aveiro (promovidas pela administração do Porto de Aveiro e pela REFER) foi realizada, pela Câmara Municipal de Ílhavo, uma profunda intervenção no Jardim Oudinot, na qual se inclui a chamada Caldeira do Oudinot, que agora passamos a denominar Doca de Recreio do Jardim Oudinot; -----

2. que, após a conclusão dessas obras, importa assegurar o seu adequado uso, bem como a sua manutenção e conservação, afectando a essa operação os recursos necessários numa óptica de gestão optimizada; -----

3. que, prevendo essa necessidade, a Câmara Municipal de Ílhavo (adiante designada abreviadamente apenas por CMI) e a Administração do Porto de Aveiro (adiante designada abreviadamente apenas por APA) celebraram, entre si e oportunamente, um protocolo de cooperação tendo em vista – entre outros importantes aspectos - a gestão do Ancoradouro/Doca de Recreio implantado na dita Caldeira do Oudinot por força da realização dessas obras; -----

4. que a gestão deste Ancoradouro reclama a adopção de medidas específicas tendo em consideração quer as necessidades de atracação das embarcações dos Pilotos, quer o propósito de servir a náutica de recreio, bem como apoiar as dinâmicas comerciais dos operadores turísticos da Ria de Aveiro e do Jardim Oudinot em particular, pelo que, por acordo das partes, a sua gestão é integrada na actividade do Fórum Náutico do Município de Ílhavo, ficando confiada à CMI e à APA, da seguinte forma: -----

a) A gestão dos lugares de amarração dos três pontões (Nascente, Central e Poente) que compõem a referida doca de recreio será cometida: -----

***i. o Nascente à CMI;** -----*

ii. o Central e o Poente à APA, destinando-se o Central a atracar embarcações da APA. -----

b) A conservação, manutenção, limpeza e dragagem da zona da Caldeira do Jardim Oudinot (área da toalha de água da doca de recreio) e do Esteiro Oudinot, fica cometida à APA; -----

c) Os custos e as regras de utilização dos postos de amarração serão acordados entre a CMI e a APA, no âmbito do Fórum Náutico do Município de Ílhavo (após audiência prévia do seu Núcleo de Direcção), e serão comuns a todos os pontões, sem prejuízo do regime fixado nos pontos a) e b) supra. -----

20-06-2013

5. que, a APA, enquanto entidade gestora da área portuária, já concedeu à Câmara Municipal de Ílhavo o adequado Alvará de Licença de uso privativo para utilização do referido embarcadouro do Pontão Nascente da Doca de Recreio do Jardim Oudinot, mediante o qual foi concedido à CMI -----
- a) o direito de autorizar a ocupação dos postos de amarração a terceiros, e cobrar as respectivas taxas, e -----
 - b) fazer a gestão do dito pontão, incluindo mantê-lo em perfeito estado de utilização, em cumprimento do estabelecido naquela licença. -----
 - c) que está já feita a devida coordenação entre a APA e a CMI para harmonizar as normas de gestão de todos os Pontões da Doca de Recreio do Jardim Oudinot, de acordo com as competências de gestão que a cada uma das entidades estão atribuídas. -----
6. que a primeira hasta publica para atribuição dos referidos lugares de amarração, nas condições fixadas na versão original do presente Regulamento, de Março de 2011, ficou deserto quer para os lugares submetidos a jurisdição da CMI quer para os subordinados a gestão da APA, porquanto os interessados entenderam que os preços constantes da respectiva tabela de taxas era muito superior a media dos praticados nas imediações e ao que estavam dispostos a pagar por eles. -----
7. que entretanto a APA promoveu a adequação da tabela de taxas a aplicar aos lugares sob a sua jurisdição, tendo por matriz os preços praticados no porto da Figueira da Foz, tendo também já realizado nova hasta publica para esse efeito, desta feita bem sucedida. -----
8. cumpre estabelecer e publicitar as condições de acesso e uso deste novo e importante equipamento público, harmonizando o modelo da oferta e conformando os comportamentos dos diversos operadores nos procedimentos de candidatura, atribuição e utilização desta instalação náutica. -----
9. que se mostra igualmente oportuno, em função da experiência entretanto acumulada e da troca de impressões e informação recolhida junto dos principais *players* desse segmento, proceder a alterações do regime inicialmente fixado em matéria de actividades marítimo turísticas e de responsável pelo ancoradouro. -----
10. que o anterior Regulamento não chegou a ter qualquer aplicação prática. -----

20-06-2013

11. que não se justifica, por isso, introduzir alterações a versão inicial do dito Regulamento, com o incomodo associado a concertação entre as duas versões, antes se afigurando oportuno aprovar um novo Regulamento disciplinador desta matéria. -----

Proponho: -----

Que, nos termos do disposto na al. a) do n.º 6, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Ílhavo proponha a Assembleia Municipal que aprove o presente REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO PONTÃO NASCENTE DA DOCA DE RECREIO DO JARDIM OUDINOT, que tem por norma habilitante o art.º 241º da Constituição da República Portuguesa e as competências previstas na alínea a), do n.º 7, do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto na alínea a), do n.º 2, artigo 53º do mesmo diploma legislativo, e alínea e), n.º2, do artigo 53º, da referida Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ainda do artigo 19º alínea l) da Lei n.º 42/98, -----

Ass) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º. -----
18JUN13”. -----

O Regulamento acima referenciado encontra-se anexo à presente proposta, fazendo parte integrante da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Marcos Labrincha Ré: -----

- “O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de Março Decreto-Lei n.º 177/2001, estabeleceu o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e que introduziu alterações significativas nestas matérias, levou a que a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e na sequência da deliberação havida em 04 de Fevereiro de 2011 e no cumprimento do que se estabelece no artigo 3.º daquele Diploma Legal, aprovasse o novo Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE), através do qual se definiram as regras e os

20-06-2013

procedimentos relativos à urbanização e edificação bem como ao lançamento e liquidação das taxas devidas pela realização das operações urbanísticas. -----

O DL 92/2010, de 26 de julho, veio consagrar, na alínea a) do seu artigo 5.º, que todos os pedidos, comunicações e notificações entre os prestadores de serviços e outros intervenientes e as autoridades administrativas competentes nos procedimentos necessários à obtenção de permissões administrativas deverão poder ser efetuados por meios eletrónicos, através de um balcão único eletrónico. -----

Para o efeito entraram em vigor vários outros diplomas legais que, em matérias específicas, objetivam a simplificação e desmaterialização de procedimentos, nomeadamente: -----

O DL 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento zero”. -----

A Portaria 138/2012, de 14 de maio, primeira alteração à Portaria 517/2008, de 25 de junho, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local e prevê a mera comunicação prévia realizada através do balcão único eletrónico. -----

O DL 169/2012, de 1 de agosto, que veio aprovar o Sistema da Indústria Responsável (SIR), consagrando um conjunto de medidas que vêm proporcionar claros avanços e melhoramentos no desenvolvimento sustentável e sólido da economia nacional. -----

O DL 217/2012, de 10 de setembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis. -----

Tendo em conta estas alterações legislativas, mostra-se necessário proceder à atualização do presente Regulamento, adaptando-o aos procedimentos legislativos acima referenciados, introduzindo na Tabela de Taxas as relativas aos procedimentos efetuados no balcão único eletrónico, o Balcão do Empreendedor, de forma a permitir a sua inserção neste procedimento e a conseqüente cobrança das mesmas e finalmente procedendo à eliminação de todas as demais que por força dos novos procedimentos acima referidos se tornaram obsoletas. -----

Aproveita-se ainda a presente adaptação para eliminar o artigo existente no que concerne aos denominados “Telheiros” por desnecessário face à previsível e próxima aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal, bem como para a correção de algumas gralhas entretanto detetadas e à época não corrigidas e à adaptação de um conjunto restrito de normas vigentes

20-06-2013

que a experiência e a prática vigente vieram a tornar necessário nestas se incluindo as Normas para a Instrução dos Processos constantes do ANEXO I do citado Regulamento. -----

Assim, nos termos dos disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951, com as alterações posteriormente introduzidas, do previsto no Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53 – E/2006, de 29 de Dezembro e do consignado na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), submete-se à aprovação da Câmara Municipal o presente projecto de alteração do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (4.ª alteração) e da correspondente tabela de taxas e a sua posterior submissão à Assembleia Municipal nos termos definidos na lei aplicável. -----

Ass) Marcos Labrincha Ré, Eng.º, -----
18JUN13”. -----

O Regulamento acima referenciado encontra-se anexo à presente proposta, fazendo parte integrante da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

ACORDOS DE COOPERAÇÃO ESTABELECIDOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO E ENTIDADES PUBLICAS E PRIVADAS CONDUCENTES À DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL, PAISAGÍSTICO E URBANÍSTICO DO CONCELHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os seguintes quatro Acordos de Cooperação e de Parceria aqui dados por integralmente transcritos: -----

1º - CELEBRADO COM “DOURO ACIMA – TRANSPORTES DE TURISMO E RESTAURAÇÃO, LDA”. -----

2º - CELEBRADO COM “ECORIA – EMPRESA TURÍSTIA DA RIA DE AVEIRO, LDA”. -----

3º - CELEBRADO COM A EMPRESA “HABITUS COM COMPANHIA – PAPELARIA UNIPessoal, LDA”. -----

20-06-2013

4º - CELEBRADO COM “1000 CERIMÓNIAS – ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes Acordos. -----

OUTRAS INSTITUIÇÕES COLETIVAS. -----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DE AVEIRO E A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO. -----

Presente o protocolo referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente protocolo. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE PESSOAL DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO – DESPACHO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o seguinte despacho, elaborado pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

1) Nos termos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, do n.º 1, do art. 171.º “1 - O trabalhador tem direito a um período de férias remuneradas em cada ano civil.”. -----

2) Que o mesmo é pago no mês de junho de cada ano; -----

3) A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE para 2013), veio estabelecer, no seu art. 29.º, a suspensão do pagamento de subsídio de férias ou equivalente; -----

4) Contudo, o Tribunal Constitucional pelo seu acórdão n.º 187/2013 declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do art. 29.º da LOE para 2013, leia-se a suspensão do subsídio de férias, por violação do princípio da igualdade, consagrado no art. 13.º da Constituição da República Portuguesa (CRP); -----

5) Que o dito acórdão veio a ser publicado em Diário da República n.º 78, I Série, de 22/04/2013; -----

6) A partir desse momento se mantém em vigor o estabelecido no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas o qual impõe o dito pagamento e já neste mês de junho; -----

20-06-2013

7) O dia tradicional de pagamento ocorre a 21 de junho com compromissos já assumidos com a Instituição Bancária, o que impõe que o processamento administrativo dos vencimentos ocorra até 19 de cada mês; -----

8) Amanhã, quer o Chefe da Divisão de Administração Geral quer a sua substituta e responsável pelos recursos humanos e ainda a Tesoureira em funções estarão em Lisboa em representação de interesses municipais no Tribunal de Contas, o que obriga a que o fecho da operação do processamento de vencimentos seja realizado um dia mais cedo, hoje dia 18; -----

9) Até hoje e decorridos mais de dois meses após a publicação do citado acórdão, não foi publicado nenhum normativo legal que reveja, altere ou protele o pagamento do subsídio de férias. -----

Determino, -----

Nos termos da competência que me é conferida pela alínea a), do n.º 2, do art.º 68.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a autonomia administrativa e financeira das Autarquias Locais consagrada na Constituição e demais legislação que: -----

- Se processe o pagamento do subsídio de férias a todos os trabalhadores a que a ele tenham direito nos termos do RCTFP, juntamente com o vencimento normal, a exemplo dos anos anteriores; -----

- Se adequé a retenção do Imposto Sobre o rendimento das Pessoas Singulares, vulgo IRS, a mais um mês de pagamento, (14 meses de pagamento em detrimento de 13) sem prejuízo de correções posteriores, para que os trabalhadores não sejam prejudicados aquando da apresentação da declaração anual respeitante a 2013. -----

Divulgue-se. -----

Ílhavo, aos 18 de junho de 2013. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º" -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

COMPARTICIPAÇÕES PUBLICITÁRIAS – RATIFICAÇÕES. -----

20-06-2013

Presentes as seguintes quatro Ordens de Pagamento, autorizadas pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

1ª – Com o n.º 1826, datada de 31MAI13, no valor de 676,50 € referente a “Programa Comemorativo do Dia Internacional dos Museus”, por publicidade inserta no “Diário de Aveiro – Empresa Diário de Aveiro, Lda.”; -----

2ª – Com o n.º 1838, datada de 03JUN13, no valor de 615,00 € referente a “Suplemento do Porto de Aveiro/2013”, por publicidade inserta no “Diário de Aveiro – Empresa Diário de Aveiro, Lda.”; -----

3ª – Com o n.º 1889, datada de 04JUN13, no valor de 265,67 € referente a “SPOTs Publicitários Feira da Saúde 2013, por publicidade inserta em “Terra Nova – Cooperativa Radiodifusão A. Cultural CRL”; -----

4 – Com o n.º 1890, datada de 04JUN13, no valor de 383,19 € referente a Campanha de SPOTs publicitários no “Feriado Municipal/2013, por publicidade inserta em “Terra Nova – Cooperativa Radiodifusão A. Cultural CRL”; -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar as presentes Ordens de Pagamento. -----

ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSOS PÚBLICO – “FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES ESCOLARES – PARECER PRÉVIO E AUTORIZAÇÃO. -----

Presente o documento supra, datado de 14JUN13, elaborado pela Responsável da CAP, Dr.ª Carla Ferreira, corroborado pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se constata da necessidade de abertura do procedimento referenciado em título, pelo valor estimado de 440.000,00 € (quatrocentos e quarenta mil euros), nos termos e condições previstos no Código dos Contratos Públicos. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio e autorização, emitido pelo Órgão Executivo da CMI. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer positivo e autorizar a despesa. -----

ABERTURA DE PROCEDIMENTO – “CACHET PARA ESPETÁCULO NA FESTA DA VISTA ALEGRE” – PARECER PRÉVIO. -----

Presente o documento supra, datado de 14JUN13, elaborado pela Técnica Superior da CAP, Dr.ª Conceição Lucas, corroborado pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui

20-06-2013

dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se constata da necessidade da aquisição do serviço referenciado em título, por ajuste direto, à empresa: “Sons em Trânsito – Espectáculos Culturais Unipessoal, Lda”, nos termos e condições previstos no Código dos Contratos Públicos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à abertura do presente concurso. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio, emitido pelo Órgão Executivo da CMI. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer positivo. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA COMPRA E VENDA DE LOTES DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL DA MOTA (AMPLIAÇÃO) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

a) o Regulamento das Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ZIM), foi elaborado em Julho de 2003, quando a intensa demanda de lotes naquela zona industrial correspondia a prosperidade do tecido económico português e a confiança dos seus empresários mais determinados e ambiciosos; -----

b) se impunha, naquela circunstancia, atualizar o valor de venda dos referidos lotes previsto no Regulamento Interno nº 3/97 – AP [que regulava, a data, as condições de venda dos lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação) e tinha sido aprovado pelo órgão executivo do município em 20 de Fevereiro de 1997] harmonizando-o com os valores praticados nas zonas industriais localizadas nos Municípios limítrofes e adequando-o a procura que então se verificava; -----

c) razão pela qual, no nº 1 do artigo 4º desse Regulamento se fixou o preço do metro quadrado de terreno da ZIM em 25 euros (vinte e cinco euros), em 2003, acrescido, anualmente, de 0,5 €/cinquenta cêntimos); -----

d) o acerto do quadro de preços de venda dos lotes da ZIM fixado na nova disciplina normativa introduzida pelo Regulamento para a compra e venda de lotes de terreno na Zona Industrial da Mota (ampliação), de Julho de 2003 extrai-se da expressiva procura verificada e análise do numero de unidades alienadas nos anos seguintes, que são: -----

20-06-2013

ANO	LOTES VENDIDOS	IDENTIFICAÇÃO
2004	Não houve lotes vendidos	
2005	4 lotes vendidos	A 6; B 56; B 57; H 28
2006	5 lotes vendidos	A 42; H 30; N 69; N 74; N 75
2007	Não houve lotes vendidos	-
2008	1 lote vendido	A 20
2009	Pagamento de 10%	B3
2010	Pagamento de 10%	B4
2011	Pagamento de 10%	A 19; I 27
2012	Não houve lotes vendidos	-
2013	Até à presente data não houve venda de qualquer lote	-

- e) Dessa mesma grelha resulta também, e inequivocamente, que desde 2007, apenas foi vendido 1 (um!) lote dos atualmente disponíveis na Zona Industrial da Mota, concretamente o A 20; -----
- f) Este decréscimo da procura não pode deixar de se associar à crise da dívida pública europeia (muitas vezes referida como crise da Zona Euro) que se desenvolveu, a partir de 2007, entre os investidores privados como resultado do aumento dos níveis de endividamento do Estado e das Entidades Privadas; -----
- g) A Câmara Municipal de Ílhavo deve associar-se ao esforço coletivo nacional no sentido de reanimar a economia portuguesa e promover a competitividade das empresas com medidas que permitam conservar postos de trabalho e aumentar de forma sustentada as suas produções e exportações; -----
- h) A resposta à crise deve centrar-se em decisões que promovam a capacidade financeira das empresas e incentivem o investimento; -----
- i) Já que só com o reforço da competitividade das empresas e o aumento das exportações será possível criar condições para a defesa e o crescimento sustentado do emprego; -----
- j) De acordo com os dados do INE, 99,6% do tecido empresarial português é composto por Pequenas e Médias Empresas; -----

20-06-2013

k) As Pequenas e Médias Empresas empregam, em Portugal, mais de dois milhões de pessoas, constituindo-se como um dos principais empregadores nacionais, sendo responsáveis por uma faturação total anual de cerca de 170 mil milhões de euros; -----

l) Exige-se, pois, também em Ílhavo, a adoção de medidas de efeito no imediato, com soluções excecionais e temporárias, e com uma visão de futuro para o médio e longo prazo que permitam decididamente reforçar a capacidade financeira das empresas e incentivar o investimento privado. -----

m) Já que não é possível limitar o agravamento do desemprego e inverter a tendência de destruição de postos de trabalho sem reforçar a competitividade das Pequenas e Médias Empresas. -----

n) A receita que pode resultar da venda de lotes da ZIM significa um relevante contributo para as disponibilidades de tesouraria da Câmara Municipal de Ílhavo, tendo em vista o cumprimento do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada pelo DL n.º 127/2012, de 21 de Junho. -----

o) E hoje possível (por força das, infelizmente múltiplas, operações de penhora e venda judicial ou fiscal de lotes da ZIM), adquirir em hasta pública, junto dos Tribunais ou da Autoridade Tributaria, lotes da ZIM por preços muito inferiores aos 30,00€ por metro quadrado que resultam da aplicação do disposto no Regulamento para a compra e venda de lotes de terreno na Zona Industrial da Mota (ampliação); -----

p) Os preços de venda de metro quadrado de terrenos em zonas industriais nos concelhos vizinhos situa-se agora num intervalo de valor entre 10,00€ e 20,00€, sendo que neste caso (e referimo-nos ao Município de Vagos) este valor é negociado caso a caso em função dos projetos de investimento apresentados; -----

q) Cumpre realizar o propósito de harmonizar preços na Região de Aveiro, estimular o investimento e a criação de emprego e assegurar a captação de receitas essenciais ao cumprimento das obrigações e encargos do Município de Ílhavo: -----

Proponho que: -----

Nos termos do disposto no art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, no art.º 53.º/2,a), 64.º/6,a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2001, de 11 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto e na Lei n.º 42/98, de 06 de Agosto com as

20-06-2013

subsequentes alterações, a Câmara Municipal aprove a proposta de alteração do nº1 do art. 4º do Regulamento para a compra e venda de lotes de terreno na Zona Industrial da Mota (ampliação) publicado no Diário da Republica, II série, nº 161, de 15 de Julho 2003, de por forma a que o mesmo passe a ter a redação que a seguir se propõe: -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º. -----
18JUN13”. -----

O Regulamento acima referenciado encontra-se anexo à presente proposta, fazendo parte integrante da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DE 10 (DEZ) ESPAÇOS DESTINADOS À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES NO JARDIM OUDINOT, NO DECURSO DO “FESTIVAL DO BACALHAU 2013” - INFORMAÇÃO. -----

Presente o Processo supra, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se propõe a realização da Hasta Pública referenciada em título para o próximo dia 12 de julho, pelas 10H00, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ílhavo, pelo preço base de licitação variável de acordo com a dimensão dos espaços disponibilizados. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder ao lançamento da presente Hasta Pública. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DA EMPREITADA “CAMPO DE FUTEBOL DA VISTA ALEGRE – RELVADO SINTÉTICO” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Dr.ª Ana Patrícia Araújo, datada de 18JUN13, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta do Contrato referenciado em título, a celebrar com a firma “Canas – Engenharia e Construção, SA”, pelo valor de 248.113,45 €(duzentos e quarenta e oito mil, cento e treze euros e quarenta e cinco cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi celebrada por deliberação da CMI na sua reunião de 02MAI13. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

20-06-2013

APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DA EMPREITADA “CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO PARQUES DE CAMPISMO MUNICIPAL DA PRAIA DA BARRA” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 14JUN13, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta do Contrato referenciado em título, a celebrar com a firma “Catarino & Associados – Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA”, pelo valor de 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil euros). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi celebrada por deliberação da CMI na sua reunião de 17ABR13. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

ABERTURA DE CONCURSO - “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTARES EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS” – INFORMAÇÃO. -----

Presente o documento supra, datado de 29MAI13, elaborado pela Técnica Superior da CAP, Dr.^a Conceição Lucas, corroborado pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, no qual e em síntese, se apresentam as peças concursais, designadamente o caderno de encargos, programa de concurso e constituição de júri, com vista à abertura do procedimento referenciado em epígrafe. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à abertura do presente concurso. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CMI PARA 2013 – 3ª REVISÃO – RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os documentos referidos em título, aqui dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

Presentes os documentos referidos em título, dados aqui por integralmente transcritos, que importam os seguintes valores: -----

A 3ª Revisão às G.O.P. tem como Inscrições/Reforços o valor de € 0,00 e como Diminuições/Anulações o valor de €70.000,00; -----

20-06-2013

A 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa tem, quer como Inscrições/Reforços quer como Diminuições/Anulações o valor de €70.000,00. -----

Em minuta, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

No documento das G.O.P.-3ª Revisão: -----

Deliberado por unanimidade aprovar a 3.ª Revisão às GOP 2013. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

No documento do Orçamento-3ª Revisão: -----

Deliberado por unanimidade aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento CMI 2013. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

PLANEAMENTO FISICO. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

a) Processo de Discussão Pública -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo, em reunião de Câmara de 17 de abril de 2013, deliberou por unanimidade aprovar a abertura de um período para a Discussão Pública da Proposta de Revisão do PDM de Ílhavo. A deliberação foi publicada na 2ª série do Diário da República (Aviso nº 5608/2013, DR nº 81, de 26 de abril), estabelecendo-se um prazo de 30 dias seguidos, utilizando os sete dias da semana de forma a facilitar a vida aos cidadãos que têm dificuldade de proceder à consulta dos documentos nos dias úteis. O período para formulação de sugestões e prestação de informações que pudessem ser consideradas no âmbito do procedimento da referida Revisão, decorreu de 07 de maio a 05 de junho de 2013. -----

b) Declaração Ambiental -----

O Relatório Ambiental (RA) e respetivo Resumo Não Técnico foram submetidos a Discussão Pública, integrados na proposta de revisão do PDM de Ílhavo, para cumprimento das disposições combinadas previstas no RJIGT (aprovado pelo Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro) e na Avaliação Ambiental Estratégica - AAE (Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho). No âmbito deste período de discussão pública, não foi recebida qualquer participação que

20-06-2013

incidisse sobre o RA ou sobre o Resumo Não Técnico. Deste modo, foi elaborada a declaração ambiental que integrará o processo do Plano. -----

c) Relatório de ponderação de Discussão Pública e versão final da proposta -----

Após a Discussão Pública foi elaborado o Relatório de Ponderação das participações resultantes deste processo e foi elaborada a versão final da proposta de Revisão do PDM de Ílhavo. No referido período de Discussão Pública da Revisão do PDM de Ílhavo registaram-se 357 participações (cf. Relatório de Ponderação anexo). -----

Proponho que o Executivo Municipal aprove: -----

1 - O Relatório de Ponderação da Revisão do PDM de Ílhavo anexo (cf. nº 8 do Art. 77 do DL nº 46/2009 de 20 de Fevereiro), no sentido de proceder à comunicação a todos os interessados (cf. nº 5 do Art. 77 do DL nº 46/2009 de 20 de Fevereiro). Após deliberação, o Relatório de Ponderação será divulgado na Comunicação Social e disponibilizado no site da autarquia, em <http://www.cm-ilhavo.pt>. -----

2 - A versão final da proposta de Revisão do PDM de Ílhavo anexa (cf. nº 8 do Art. 77º do DL nº 46/2009 de 20 de Fevereiro), no sentido de a enviar à CCDR-C para emissão de parecer final* (cf. nº 1 do Art. 78º do DL nº 46/2009 de 20 de Fevereiro). -----

(*) O referido parecer, quando emitido, não possui carácter vinculativo e incide sobre a conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e a compatibilidade ou conformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes (cf. nº 2 do Art. 78º do DL nº 46/2009 de 20 de Fevereiro). -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º., -----

18JUN13”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta. -----

Na presente votação, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra, tendo os demais Membros da Câmara votado favoravelmente. -----

Foram presentes as seguintes declarações de voto: -----

A dos representantes do Partido Socialista: -----

- “Os vereadores do PS reafirmam que o PDM deve ser um documento estratégico para a promoção da qualidade de vida dos munícipes. -----

20-06-2013

Considerando os pressupostos que estiveram na base para a revisão do PDM de Ílhavo e pelo tempo decorrido, criaram-se enormes expectativas para o futuro do território, quanto à estratégia para o desenvolvimento urbano e económico, pela promoção das atividades económicas tradicionais ou de nova geração, para o incremento do turismo e pelas preocupações ambientais de desenvolvimento sustentável que daí adviriam em propostas de ordenamento. -----

A proposta versão final que aqui nos é apresentada não reflete orientações estratégicas de longo prazo para o desenvolvimento em todas as dimensões do nosso Concelho. Antes gera a necessidade posterior de outros instrumentos de planeamento, que significarão entraves futuros a desafios e oportunidades que surjam, pior, outros mesmo que já existem, atrofiando a capacidade de resposta do Município às respetivas dinâmicas comunitárias, económicas e públicas. -----

Assim, o trabalho desenvolvido pelos vereadores do PS no âmbito da respetiva consulta pública veio reforçar a ideia de que esta revisão do PDM é de algum modo, apenas o reflexo do que já está no território, juntando-lhe os vários Planos de Pormenor que estão ainda em execução. -----

Na sequência daquela consulta pública, o PS, em diversos contactos com a população, recolheu contributos que juntou à sua própria análise e que deram origem ao documento entretanto apresentado no prazo estabelecido. -----

Naquele documento o PS faz referência a um conjunto de situações, que na sua maioria continuam, na proposta final, omissas e a constituir graves falhas de planeamento estratégico do Concelho: -----

- A ampliação da Zona Industrial da Mota é feita, erradamente, no sentido da aproximação aos centros urbanos. Aliás no que toca às Zonas Industriais, Mota e Ervosas, entende-se que deveria haver uma melhor definição de planeamento estratégico. -----

- Entendemos ser necessária a ampliação do espaço verde ao longo da margem sul da via de cintura portuária de modo a permitir a criação de um canal que possa inclusivé ficar ligado a uma rede de parques urbanos da Freguesia da Gafanha da Nazaré. -----

- Relativamente ao projeto de requalificação da margem nascente do canal de Mira entre a *Bruxa* e o limite sul da Gafanha do Carmo, não é verificável equidade no tratamento entre o

20-06-2013

que é proposto para a zona pertencente à Gafanha da Encarnação e a zona da área geográfica da Gafanha do Carmo sendo esta, substancialmente diferente, pelo que se torna pouco atrativa para os respetivos proprietários. -----

- A proposta de zonamento tanto da cidade da Gafanha da Nazaré como da de Ílhavo, não reflete, nem deixa em aberto, a possibilidade de futuramente se criarem redes de parques urbanos, em especial um Parque da Cidade com dimensão de centralidade e que se possam ligar a outros canais com ligações nomeadamente com a margens da ria. Esta não identificação poderá, no futuro, inviabilizar aquela possibilidade que conjugada com outras redes, em muito contribuiria para novas estratégias de desenvolvimento de âmbito local, turismo e qualidade de vida. No fundo entendemos como necessária a criação de uma Estrutura Ecológica (falta também notada pelo parecer da CCDRC), articulada com uma rede de mobilidade que promova a acessibilidade a canais a criar, mais áreas verdes, planos de água, praças e parques urbanos, destinados a uma utilização pública. -----

- Defendemos a definição clara da vocação turística do concelho, numa conjugação de interesses e atividades económicas, de turismo e lazer com a criação de uma rede de pequenos cais utilizáveis por turistas e para a mobilidade da população local. Seria desta forma importante a interligação dos projetos privados com fins turísticos, que a Câmara discrimina positivamente ao prever a elaboração de Planos de Pormenor, como a Marina da Barra, a Vista Alegre e a Quinta da Boavista. -----

- Defendemos uma estratégia de regeneração urbana, que abranja a generalidade do concelho e, principalmente a Gafanha da Nazaré, pela inexistência de relações físicas com a ria e entre parques, praças e equipamentos, e em S. Salvador, é imperativo a promoção da ligação à água com vias marginais à laguna, bem como a implementação de uma verdadeira Rede de Mobilidade com ciclovias intermunicipais e contínuas que permitam facilmente criar corredores diretos na direção das localidades vizinhas e das praias do nosso Concelho. -----

Uma nota final vai para o facto de, no âmbito temporal o plano ter vigência previsivelmente de 10 anos pelo que, o que se posiciona nesta proposta como estratégico para o desenvolvimento sustentado do concelho, e não atendidas na generalidade as sugestões dadas, não é merecedor da aprovação dos vereadores do Partido Socialista. -----

Assim, os Vereadores do PS Votam Contra a Proposta de Revisão do PDM de Ílhavo. -----

20-06-2013

Ass.) José Marinho Vaz. -----

Ass.) Ana Margarida Santos Bastos. -----

Ílhavo, 20JUN13”. -----

A dos representantes do Partido Social Democrata: -----

- “A proposta de Revisão do PDM de Ílhavo que apresentámos aos Cidadãos do Município de Ílhavo, recebeu da sua parte uma global concordância, tendo-se anotado que as participações públicas não colocaram em causa as suas opções principais. -----

A intensa atividade de promoção da participação dos Cidadãos, com múltiplas ações e interações, permitiu aprofundar essa perspetiva, sendo que a proposta já tinha sido estruturada com as aprendizagens de treze anos de relacionamento com a gestão do PDM que agora estamos a rever. -----

A qualidade da proposta está pois confirmada, pelo que seguimos determinados para a sua plena aprovação formal e entrada em vigor com a máxima brevidade que for possível, dado que o Município de Ílhavo e os seus Cidadãos não podem esperar mais por este importante instrumento de gestão do território, que já é há muito esperado. -----

Registo com nota negativa a atitude do Partido Socialista que com a mesma proposta e com os mesmos argumentos, conseguiu em meia dúzia de semanas alterar o seu sentido de voto, de a favor no início para contra na votação de hoje, o que deve ser consequência das pressões eleitorais a que normalmente se deixa sujeitar, assentando a justificação da nova atitude negativa em seis argumentos dos quais cinco são uma completa falácia. -----

A Revisão do PDM é um ato de mais elevada importância e exige uma abordagem integral, profunda e estável, pelo que levaremos até ao fim este importante trabalho assente na proposta que a participação pública confirmou como muito boa. -----

Confirmámos com a aprovação da proposta a qualidade e a importância da Revisão do PDM de Ílhavo com os objetivos fixados ao início e aprovados nesta reunião. -----

Os eleitos pelo Partido Social Democrata, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré -----

20-06-2013

Ass.) Paulo Sérgio Teixeira Costa. -----
 Ílhavo, 20JUN13”. -----

TOPONIMIA E CARTOGRAFIA. -----
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE
31MAIO2013 – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 15JUN13, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, e que aqui se transcreve na íntegra: -----

- “Na sequência da Reunião referenciada em epígrafe cuja Ata se apresenta em anexo, a Comissão Municipal de Toponímia após a devida análise das situações observadas bem como as correspondentes diligências consideradas úteis para essa análise e atenta às observações tanto dos moradores respectivos como das entidades interessadas, em especial as Juntas de Freguesia do nosso Município, aprovou na citada Reunião, conforme o estabelecido na alínea a) do Artigo 3.º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia publicado no D. R. II Série, n.º 149, Apêndice n.º 97 de 30 de Junho de 2000 e no uso das suas competências específicas conforme o definido no mencionado Regulamento, os topónimos que nessa mesma Ata e Mapas Topográficos anexos, se justificam e ilustram respetivamente. -----

Assim sendo e nos termos do definido no Artigo 1.º do Regulamento acima citado e tendo para o efeito sido mandatado pela referida Comissão, submeto à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara, as propostas constantes da Ata anexa, a qual foi aprovada por todos os presentes, tendo em vista a deliberação que no caso presente houver por conveniente, por parte da Câmara Municipal”. -----

A Ata acima referenciada, encontra-se anexa à presente informação, fazendo parte integrante da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

LOTEAMENTOS. -----
INFORMAÇÃO PRÉVIA DE LOTEAMENTO - REVALIDAÇÃO. -----

- O registado com o n.º 4585, Pº 250/05 em 2013/03/22, respeitante a João Luís Nunes Rocha, residente na Rua Cónego José Maria Ançã, n.º 27, em Ílhavo. -----

20-06-2013

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação DOPGU e do despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2013/06/18 4585/13 6, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2013/06/18, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

GENERALIDADES. -----

ANTENAS – PONTO DA SITUAÇÃO. -----

- O registado com o n.º 3253, Pº 103/13 em 2013/02/28, respeitante a Município, residente em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação DOPGU. -----

A informação tem a referência DOPGU/lilianr 2013/05/07 3253/13 5, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Liliana Ramos, a qual se dá aqui por integralmente transcrita e consta do respetivo processo. -

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

EMPREITADA “REGENERAÇÃO URBANA DE ÍLHAVO – QAULIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DO CASCO ANTIGO DA CIDADE” - CONTA FINAL. ---

Presente a Conta Final supra, datada de 05JUN13, elaborada pelo representante da Câmara Municipal de Ílhavo, Eng.º Elias Oliveira, e pelos representantes do Consórcio adjudicatário, Eng.ºs João Alves e Paulo Louro, na qual e em síntese, se dá conta que a empreitada em epígrafe, adjudicada ao Consórcio adjudicatória: “Encobarra & Asibel”, apresentou os seguintes valores: -----

Montante da adjudicação: €2.193.026,15. -----

Montante dos trabalhos contratuais: €2.017.631,26. -----

Montante dos trabalhos a menos: €175.394,89. -----

Montante dos trabalhos a mais: €187.026,94. -----

Montante das revisões de preços: €79.962,74. -----

Montante total da empreitada: €2.284.620,94. -----

20-06-2013

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovara a presente Conta Final. -----

EMPREITADA – “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MUSEU DA VISTA ALEGRE” – ERROS E OMISSÕES - INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO.

Presente a informação supra, datada de 18JUN13, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.^a Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que foram apresentadas por diversos concorrentes “listas de Erros e Omissões”. -----

Face ao conteúdo das “listas” acima mencionadas (que não conduzem à alteração do preço base), defende-se que as mesmas sejam aceites pelo Executivo Municipal, sugerindo-se ainda que o novo prazo para a entrega das propostas seja o dia 24JUN13. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Eng.º Fernando Caçoilo: -----

“Aprovo a lista de Erros e Omissões. Enviar à Câmara para ratificação, -----

O Vereador, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----

18JUN13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Sr. Vereador, Eng.º Fernando Caçoilo. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

AÇÃO SOCIAL. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia

20-06-2013

Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“.

3.º - Os pedidos de participação solicitados por Ana Teresa Lopes Santos, Ernesto Ribeiro, Fernanda Maria Pereira Sona, Fernando José Lopes Soares e Vítor Manuel Santos S. Marcos e as respetivas Informações Sociais anexas.

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 234 de 05/01/2013, pelo que,

Proponho:

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados:

- Ana Teresa Lopes Santos: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses;

- Ernesto Ribeiro: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses;

- Fernanda Maria Pereira Sona: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses;

- Fernando José Lopes Soares: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses;

- Vítor Manuel Santos S. Marcos: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses.

O Vereador do Pelouro da Ação Social,

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º

14JUN13”.

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta.

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA.

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa:

- “Considerando:

20-06-2013

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Ana Teresa Lopes Santos e Cristina Maria Tavares Melo Vaz e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados acima identificados, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 547.64 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

14JUN13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
CERCIAV – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

20-06-2013

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Fernando José Lopes Soares e Maria Rosinda Pereira Cardoso e cujas informações sociais se anexam. -----

4.º - Que a CERCIAV se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados acima identificados, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à CERCIAV, no valor de 349,98 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação.

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

14JUN13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUVENTUDE. -----

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO “CORRIDA MAIS LOUCA DA RIA” – PROPOSTA.

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Dr.ª Beatriz Martins: -----

20-06-2013

- “Objetivos -----

Esta atividade, denominada “A Corrida mais Louca da Ria 2013 – Corrida de Embarcações Originais”, tem por objetivo principal promover e incentivar a prática desportiva, assim como a nossa Ria, nomeadamente a sua vertente lúdico-desportiva. À semelhança do ano passado irá estar englobada na realização do Festival do Bacalhau 2013, conferindo-lhe mais criatividade e diversão. -----

Podem participar nesta Corrida as Associações e Instituições do Município de Ílhavo, que receberão, cada um, um prémio de presença. O valor deste prémio será de 100,00 Euros caso participem com uma embarcação, de 150,00 caso participem com duas embarcações e de 200,00 caso participem com três embarcações. Poderão concorrer com mais de três embarcações, permanecendo, contudo, o valor deste prémio inalterável, independentemente do número total de embarcações. -----

A prova encontra-se dividida em duas categorias: -----

Categoria "Demonstração" -----

Esta categoria divide-se em duas sub-categorias: -----

Sub-categoria "Construção" -----

A esta sub-categoria podem concorrer embarcações totalmente construídas a partir de materiais diversos à escolha da sua tripulação, não sendo contudo permitido o uso de cascos de outras embarcações. -----

Às embarcações concorrentes nesta sub-categoria serão atribuídos dois prémios, 1.º e 2.º, sendo a avaliação do júri efetuada com base na originalidade das mesmas. -----

Sub-categoria "Transformação" -----

A esta sub-categoria podem concorrer embarcações que resultem da adaptação de um casco já existente, onde a tripulação poderá fazer qualquer tipo de alteração. -----

Às embarcações concorrentes nesta sub-categoria serão atribuídos dois prémios, 1.º e 2.º, sendo a avaliação do júri efetuada com base na originalidade das mesmas. -----

Categoria "Corrida" -----

Nesta categoria poderão participar todas as embarcações a concurso (sub-Categorias “Construção” e “Transformação”), que participam em simultâneo na corrida, mas cuja

20-06-2013

classificação final será definida de acordo com a sua sub-Categoria. Vencerá em cada sub-Categoria a embarcação que efetuar o Percurso da Corrida no menor espaço de tempo. -----

Às embarcações concorrentes nesta categoria serão atribuídos dois prémios por sub-Categoria, 1.º e 2.º. -----

Considerações Gerais -----

1. A constituição de cada embarcação será no mínimo de um Capitão, um Timoneiro e um Proa. -----

1.1 É responsabilidade do Capitão a coordenação da embarcação bem como assegurar o cumprimento das Normas Regentes pela sua tripulação, e do Timoneiro e do Proa acatar as regras do seu Capitão e zelar pelo bom estado geral da embarcação. -----

2. A embarcação terá de ser movida a força humana ou à vela, logo não poderá ter motor. Na construção da embarcação deve-se contudo ter em conta as especificidades do local onde decorrerá a Corrida, que poderão condicionar nomeadamente a altura da vela. -----

3. O objetivo da prova encontra-se descrito no início deste documento. -----

3.1 Na categoria Demonstração o vencedor será o que possuir a embarcação mais original em cada uma das sub-Categorias, e na categoria Corrida o que efetuar o Percurso da Corrida no menor espaço de tempo em cada uma das sub-Categorias. -----

3.1.1 É motivo de desclassificação a queda de qualquer equipamento da embarcação que não seja reintegrada de imediato na mesma. -----

3.1.2 É ainda desclassificada a tripulação que não respeite as normas regentes ou os juizes de prova. -----

3.1.3 A não conclusão do trajeto proposto pela organização ou a prática de qualquer ato menos desportista leva também à desqualificação da equipa. -----

4. É obrigatório o preenchimento de toda a ficha de inscrição de forma responsável e verdadeira. -----

4.1 O não cumprimento do disposto no ponto anterior é da inteira responsabilidade dos intervenientes bem como os danos que daí possam advir. -----

5. É obrigatório o uso de colete salva-vidas. -----

6. Juntamente com a ficha de inscrição terá de ser entregue uma memória descritiva da(s) embarcação(ões) e, se possível, um desenho ou fotografia. -----

20-06-2013

7. No final da prova não poderão ficar qualquer tipo de detritos resultantes da prova no local. -

8. A realização da prova fica comprometida no caso de não existirem concorrentes suficientes para a mesma ou as condições climatéricas não o permitirem, cabendo essa decisão à organização. -----

9. A organização não se responsabiliza por quaisquer danos sofridos pelas embarcações durante a prova. -----

Constituição do Júri -----

O júri será constituído por 5 elementos, a convidar pelo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Classificações e prémios -----

1. Serão premiadas quatro embarcações da Categoria “Demonstração” (duas da sub-categoria “Construção” e duas da sub-categoria “Transformação”) e quatro da Categoria “Corrida” (duas da sub-categoria “Construção” e duas da sub-categoria “Transformação”). -----

2. O valor dos prémios a atribuir é o seguinte: -----

Categoria Demonstração -----

Sub-Categoria Construção: 1.º prémio – 225,00 Euros; 2.º prémio – 125,00 Euros -----

Sub-Categoria Transformação: 1.º prémio – 175,00 Euros; 2.º prémio – 100,00 Euros -----

Categoria Corrida -----

Sub-Categoria Construção: 1.º prémio – 225,00 Euros; 2.º prémio – 125,00 Euros -----

Sub-Categoria Transformação: 1.º prémio – 175,00 Euros; 2.º prémio – 100,00 Euros -----

3. Poderão ainda ser atribuídos, caso o júri assim o decida, os prémios “Melhor Técnica de Navegação”, “Boa Disposição”, “Melhor Equipa Feminina” e “Melhor Claque”, com o valor unitário de 50,00 Euros. -----

4. Haverá ainda um certificado de participação para todos os concorrentes. -----

Local, Dia e Hora da Prova -----

A Corrida Mais Louca da Ria 2013 terá lugar no Jardim Oudinot (Esteiro Oudinot), na Gafanha da Nazaré, no dia 17 de agosto de 2013, Sábado, pelas 15h30, podendo esta hora ser alterada em mais ou menos 60 minutos, caso as condições da maré ou climatéricas, ou outras, assim o aconselharem. -----

20-06-2013

Prazo de Inscrições -----

As inscrições serão efetuadas na Câmara Municipal de Ílhavo ou nos Fóruns Municipais da Juventude até ao dia 07 de agosto de 2013, através de uma ficha de inscrição criada para o efeito (uma por embarcação), à qual terá de ser anexada uma memória descritiva da embarcação. -----

A organização reserva-se ao direito de não aceitar inscrições de embarcações que considere que não incorporam o espírito da iniciativa. -----

Dúvidas e Omissões -----

Qualquer omissão ou dúvida relativa às presentes Normas Regentes será resolvida pela Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Estas Normas Regentes são válidas apenas para este concurso e cessam no dia imediatamente a seguir. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Dr.ª Beatriz de Fátima Clemente Martins -----

14JUN13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTÁGIOS DE TRABALHO (2013/2014)

INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação supra, datada de 17JUN13, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Dr.ª Beatriz Clemente, relativa ao assunto referenciado em título, na qual e em síntese, e no seguimento da deliberação da CMI na sua reunião de 03 de abril do corrente ano, se dá conta dos candidatos selecionados para a presente Edição do Programa Municipal de Bolsas de Estágios de Trabalho. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

AMBIENTE. -----

PROTOCOLO COM A “APA S.A.”, AS ASSOCIAÇÕES DE NADADORES SALVADORES “RESGATÍLHAVO” E “PARTIR NAS ONDAS”, E A ASSOCIAÇÃO DE CONCESSIONÁRIOS DE PRAIA DA BEIRA LITORAL PARA A VIGILÂNCIA

20-06-2013

E SEGURANÇA BALNEAR INERENTE AO ANO DE 2013 NAS PRAIAS BA BARRA E DA COSTA NOVA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré: -----

- “A constante preocupação sentida pela Câmara Municipal no domínio da vigilância e segurança das zonas balneares essencialmente originada, por um lado pela falta de concessionários ao longo da praia, em particular na zona entre o Sul do Molhe Sul da barra do porto de Aveiro e a Avenida do Mar na Costa Nova, por outro e essencialmente, pela ausência de uma política integrada a nível nacional naquele domínio que permita apostar fortemente numa segurança e vigilância ativas, sistemática e sustentável das zonas balneares e praias adjacentes e finalmente por outro, a necessidade em garantir e assegurar tal prática em todo o território municipal onde o uso balnear é uma constante pelo menos durante o período que se situa entre 15 de Junho e 15 de Setembro, leva as Câmaras Municipais, porque mais próximas do cidadão e, neste caso em especial, a Câmara Municipal de ÍLHAVO a terem, infelizmente, de se substituir a quem de direito. -----

Realça-se contudo o esforço da Capitania do Porto de Aveiro que nos apraz registar, em assegurar a presença de um conjunto de meios de vigilância e salvamento em especial nas zonas não vigiadas e cujo êxito só é possível com o esforço financeiro complementar proporcionado pelas Câmaras Municipais (ÍLHAVO, VAGOS e MIRA) cujo território é abrangido por aquela entidade e que se veio a traduzir pela sua envolvimento denominado Projeto “AMAROK” o qual, por sua vez, culminou com a presença diária de um veículo tipo “todo-o-terreno” a atuar entre a denominada Meia Laranja na Praia da Barra e o limite do concelho de Mira inserido na área de jurisdição daquela entidade, durante a época balnear compreendida ente 15 de Junho e 15 de Setembro. -----

De facto e uma vez mais se enfatiza, só o esforço conjunto, sob mediação da Capitania do Porto de Aveiro e efetuado em estreita colaboração com a Administração do Porto de Aveiro, S. A., as Associações de Nadadores Salvadores “RESGATÍLHAVO” e “PARTIR NAS ONDAS” a Associação dos Concessionários de Praia da Beira Litoral, tornou possível colocar de pé o Projeto Integrado de Salvamento e Vigilância marítimas nas praias do nosso concelho levando-nos a propor, com vista à sua aprovação pela Câmara Municipal, o Protocolo que se junta em anexo. -----

20-06-2013

È esta presente Proposta que se coloca à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara tendo em vista a deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. -----

O Vereador em Exercício, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, Eng.º -----

17JUN13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes dois Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Casa da Música de Ílhavo” – 9ª Situação Contratual, no valor de €44.474,72 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Encobarra – Engenharia, SA. -----

2º - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Requalificação do Largo do Antigo Mercado da Gafanha da Nazaré” – 1ª Situação Contratual, no valor de € 46.704,33 (quarenta e seis mil, setecentos e quatro euros e trinta e três cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Irmãos Almeida Cabra, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder ao seu pagamento. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 17.30 horas, e dado que se encontravam presentes no Salão Nobre onde decorria a reunião, alguns munícipes a quem pudesse ser concedida a palavra, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, permitido o uso da palavra a: -----

- **Professora Eugénia Pinheiro, na qualidade de Diretora da Escola Secundária a Gafanha da Nazaré**, que começou por dar duas notas de agradecimento à CMI pela colaboração prestada no âmbito da iniciativa levada a efeito na Remelha e relativa à “Formação de Adultos”, bem como a disponibilização de transporte, em várias ocasiões, que serviu para transportar os alunos do 1º Ciclo para esta Escola Secundária, no âmbito dos projetos que estavam inscritos no Plano de Atividades, nomeadamente “A Ciência na Mochila” e “Desporto Escolar”. -----

20-06-2013

Foi ainda pela Sr.^a Diretora desta Escola Secundária, colocada uma questão relativa ao timing de conclusão das obras de saneamento básico, que irão servir, no futuro, aquele estabelecimento escolar, de modo a tornar inativa a fossa séptica existente, para além de solicitar à CMI uma intervenção junto da empresa que gere as Águas da nossa Região, uma discriminação positiva relativa ao tarifário de consumo, tratando a Escola, não como uma empresa, mas sim como uma entidade que presta um relevante serviço social à Comunidade onde se insere. -----

- **Manuel Branco, residente na Rua de São João de Deus, na Gafanha da Nazaré**, que questiona o Sr. Presidente do porquê da possibilidade de novas construções naquela zona, quando o problema das poeiras provenientes do “Cais Comercial” não está resolvido, situação esta que afeta gravemente os moradores da Gafanha da Nazaré, muito em especial os que habitam mais perto daquela estrutura portuária. -----

- **Rita Encarnação, residente na Gafanha do Carmo**, que lamenta a atitude de desvalorização do PDM por parte do Sr. Presidente da Câmara, bem como a possibilidade dos terrenos da frente/ria poderem ser cortados a meio, para além dos proprietários dos terrenos daquela zona não terem sido auscultados antes do processo evoluir para a condição de urbanização. -----

Por último, a munícipe fez questão de acusar o Sr. Presidente da Câmara de arrogância na forma como respondeu aos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista na discussão sobre a Revisão do PDM. -----

- **Ângelo Rocha, residente na Gafanha do Carmo**, que também trouxe à colação, tal como a munícipe que interveio anteriormente, a questão da possibilidade de urbanização nos terrenos da frente/ria naquela freguesia do concelho de Ílhavo, dando conta de um conjunto de situações que considerou lesivas para os atuais proprietários daqueles terrenos. -----

- **Manuel Apolinário, residente na Gafanha do Carmo**, que também fez recair o objeto da sua intervenção na questão da possibilidade de urbanização da frente/ria daquele lugar. -----

Na resposta aos vários munícipes que intervieram nesta reunião pública da CMI, o **Sr. Presidente da Câmara** começou se dirigir à Prof.^a Eugénia, frisando que a obra de saneamento em causa não é da responsabilidade da CMI mas sim da ADRA, mas que, pelo seu interesse e relevância para o concelho de Ílhavo, a Câmara Municipal acompanha aquela

20-06-2013

obra muito de perto e com toda a atenção, dando ainda conta que tal obra tem tido alguns problemas de vária ordem que têm atrasado a sua conclusão, esperando-se que o ultrapassar desses mesmos problemas determinem o seu fim entre setembro e outubro deste ano. -----

Quanto à questão do tarifário, o Sr. Presidente da Câmara começou por referir que a citada empresa que gere as Águas da Região de Aveiro tem em funcionamento uma “Comissão de Parceria” (da qual faz parte em representação dos Municípios), que visa a chamada revisão do estudo de viabilidade económica/financeira, na qual também está integrada a revisão estrutural do seu tarifário, momento em que o tarifário deste e outro tipo de entidades e empresas tidas como mais próximas do setor da “economia social”, sejam objeto de uma visão socialmente mais justa e equilibrada, através de um enquadramento que as possa discriminar positivamente, face às demais. -----

Na resposta ao Sr. Manuel Branco, o **Sr. Presidente da Câmara** disse ter tomado boa nota das palavras do aludido munícipe, considerando, no entanto, que não é a possibilidade de se construir mais 50 casas naquela zona que irá agravar tal problema. -----

Mais disse o Sr. Presidente da Câmara, que conhece bem e está ciente do citado problema e dos transtornos que o mesmo causa às populações que habitam naquela zona da cidade da Gafanha da Nazaré, estando por isso em permanente contacto com a Administração do Porto de Aveiro, no sentido de esta Entidade pressionar por todos os meios legais as empresas que ali operam, com vista à realização dos investimentos que são necessários para uma resolução definitiva deste problema que já dura há bastante tempo, sabendo que tais investimentos requerem meios financeiros de alguma dimensão e que tais empresas não os concretizam com o argumento da crise que o País atravessa, etc. -----

Respondendo à Sr.^a Rita Encarnação, e por extensão, aos outros munícipes que falaram sobre a questão da urbanização da frente/ria na Gafanha do Carmo, o Sr. Presidente fez questão de salientar, que já neste momento, através dos instrumentos de gestão e planificação territorial existentes, é possível construir naquela parte do território do concelho de Ílhavo, pelo que a Revisão do PDM apenas vem melhor determinar as especificidades dessa mesma construção e possibilitar que a Gafanha da Encarnação e a Gafanha do Carmo tenham uma frente urbana virada para o Canal de Mira da Ria de Aveiro, ficando os pormenores dessa ocupação para definir em sede de Planos de Pormenor a executar no futuro.

20-06-2013

No que concerne à audição das pessoas titulares da propriedade dos ditos terrenos, o Sr. Presidente da Câmara fez questão de salientar que, neste caso, como aliás em todos os outros ao longo dos 16 anos em que está à frente da CMI, nunca nenhum proprietário de terreno alvo de expropriação ou alteração do regime de construção, foi ouvido no decorrer desta fase, desde logo para evitar a especulação imobiliária, mas sim na fase de preparação de execução de projeto e preparação da obra, situação que neste caso ainda está longe de acontecer. -----

Quanto à arrogância de que falou a aludida munícipe, o Sr. Presidente da Câmara fez questão de salientar que a forma como trata os Vereadores do Partido Socialista, não pode, em circunstância alguma, ser considerada de arrogante. O que acontece, é que, em matérias mais sensíveis, quer pela sua relevância política quer pela natureza histórica de certas decisões, a divergência torna-se mais notória e a defesa que faz das causas em que acredita é mais empenhada. Daí a chamar arrogância, vai uma longa distância. Faça-se notar, que a esmagadora maioria das decisões tomadas nas muitas reuniões de Câmara ao longo destes 16 anos enquanto Presidente da Câmara de Ílhavo, foram tomadas por unanimidade, mesmo em assuntos de alguma complexidade (como ainda hoje mesmo se pode constatar), para além de que as relações do foro pessoal e institucional com os Srs Vereadores do PS são de perfeita normalidade e cordialidade. -----

Terminada esta primeira fase de perguntas ao Executivo Municipal, o Sr. Presidente da Câmara entendeu devolver a palavra aos munícipes que estavam presentes no Salão Nobre onde decorria a reunião, para, querendo, poderem ter uma segunda intervenção. -----

Em conformidade, todos os munícipes que tinham usado da palavra anteriormente, voltaram a intervir, reforçando mais uma vez os seus pontos de vista relativamente aos assuntos tratados. No caso do Sr. Ângelo Rocha, para além de suscitar de novo a questão da urbanização dos terrenos sitos na frente/ria da Gafanha do Carmo, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se era possível, naquele local, a construção de uma Cooperativa Agrícola, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu afirmativamente, desde que tal Cooperativa estivesse conforme às leis do País, e chamando a atenção para a pertinência de um estudo prévio que permita assegurar o sucesso desse investimento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 18.40 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

20-06-2013

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----